



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZÍLIA**  
**CEP 37445-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS**

*Cruzília: Berço dos Cavalos Mangalarga e Mangalarga Marchador*

LEI Nº 2.024/2011, DE 03 DE MAIO DE 2011

**ESTABELECE CONDIÇÕES PARA CONCESSÃO  
DOS BENEFÍCIOS EVENTUAIS DA POLÍTICA DA  
ASSISTÊNCIA SOCIAL.**

O Prefeito do Município de Cruzília/MG, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Estabelece condições para concessão dos benefícios eventuais, nos termos da Lei Federal nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993, artigo 22, §§ 1º e 2º.

Art. 2º - O benefício eventual é uma modalidade de provisão de proteção social básica, de caráter suplementar e temporário, que integra organicamente as garantias do SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – SUAS, com fundamentação nos princípios de cidadania e nos direitos sociais e humanos.

Parágrafo Único. Na comprovação das necessidades para a concessão do benefício eventual são vedadas quaisquer situações vexatórias ou de constrangimento.

Art. 3º - O benefício eventual destina-se aos cidadãos e as famílias com impossibilidade de arcar por conta própria com enfrentamento de contingências sociais, cuja ocorrência provoca riscos e fragiliza a manutenção do indivíduo, a unidade da família e a sobrevivência de seus membros.

Art. 4º - Para ter direito a qualquer dos benefícios eventuais, a renda mensal percapta deve ser igual ou inferior a  $\frac{1}{4}$  (um quarto) do salário mínimo vigente no país.

Art. 5º - São formas de benefícios eventuais:

I – auxílio natalidade;

II – auxílio funeral;

III – outros benefícios eventuais para atender as necessidades advindas de situações de vulnerabilidade temporária de famílias cadastradas na assistência social, comprovadamente carentes, atestado por meio de visita social e aprovado pelo Conselho Municipal de Assistência Social.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZÍLIA**  
**CEP 37445-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS**

*Cruzília: Berço dos Cavalos Mangalarga e Mangalarga Marchador*

Parágrafo único. A prioridade na concessão de benefícios eventuais será para a criança, o idoso, a pessoa portadora de necessidades especiais, a gestante, a família, a nutriz, indigentes, moradores de rua, e as pessoas que estejam em caso de vulnerabilidade social temporária, devidamente, comprovados.

Art. 6º - O benefício eventual, na forma de auxílio natalidade, constitui-se em uma prestação temporária, não contributiva da assistência social, em pecúnia ou em bens de consumo, para reduzir vulnerabilidade provocada por nascimento de membro da família.

Art. 7º - O auxílio natalidade é destinado a família e deverá alcançar, preferencialmente:

- I – atenção necessárias ao nascituro;
- II – apoio a mãe em caso de morte do recém-nascido;
- III – apoio a família em caso de morte da mãe;
- IV – outras providências que os operadores da política de assistência

social julgar necessários.

Art. 8º - O auxílio natalidade poderá ser concedido em pecúnia ou em bens de consumo.

§ 1º - Quando o auxílio natalidade for assegurado em pecúnia, este terá como referência o valor despendido com as despesas previstas no parágrafo 2º deste artigo.

§ 2º - Os bens de consumo consistem no enxoval do recém-nascido, incluído itens de vestuário, utensílios para alimentação e de higiene, observada a qualidade que garanta a dignidade e o respeito a família beneficiária.

Art. 9º - O requerimento do auxílio natalidade deve ser realizado até 90 (noventa) dias após o nascimento.

Parágrafo único. O auxílio natalidade deve ser pago em até 30 (trinta) dias após o requerimento, e a morte da criança não inabilita a família de receber o benefício.

Art. 10 – O benefício eventual, na forma de auxílio funeral, constitui-se em uma prestação temporária, não contributiva da assistência social, em pecúnia, por uma única parcela, ou em bens de consumo, para reduzir a vulnerabilidade provocada por morte de membro da família.

Art. 11 – O alcance de auxílio funeral, conforme o caso, constituirá em:

I – custeio das despesas de urna funerária, de velório e de sepultamento;



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZÍLIA**  
**CEP 37445-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS**

*Cruzília: Berço dos Cavalos Mangalarga e Mangalarga Marchador*

II – custeio de necessidades urgentes da família para enfrentar os riscos e vulnerabilidade advindas da morte de um de seus provedores ou membros;

III – ressarcimento de custeio de necessidades urgentes da família causados pela ausência do benefício eventual no momento que este se fez necessário.

Art. 12 – O auxílio funeral poderá ocorrer em pecúnia ou em prestação de serviços.

Art. 13 – O requerimento para a concessão do auxílio funeral deverá ser apresentado ao órgão gestor logo que constatado o óbito, bem como a concessão do auxílio funeral deverá ser prestada com plantão de 24 hs, diretamente pelo órgão gestor ou indiretamente em parceria com outros órgãos.

§ 1º - Em caso de ressarcimento de despesas previstas no inciso III do artigo 11 a família pode requerer o benefício até 30 (trinta) dias após o funeral.

§ 2º - O auxílio funeral, em caso de ressarcimento, deve ser pago até 30 (trinta) dias após o requerimento.

§ 3º - O pagamento do ressarcimento será equivalente o valor das despesas previstas no inciso III do artigo 11.

Art. 14 – Os auxílios natalidade e funeral serão devidos a família em número igual aos das ocorrências desses eventos.

Art. 15 – Os auxílios natalidade e funeral podem ser pagos diretamente aos pais, parentes até segundo grau ou pessoa autorizada, mediante procuração.

Art. 16 – Entende-se por outros benefícios eventuais as ações emergenciais de caráter transitório em pecúnia ou em bem material para a reposição de perdas, aluguel social, contas e energia elétrica e consumo de água, com a finalidade de atender as vítimas de calamidades e enfrentar contingências de modo a reconstruir a autonomia através de redução de vulnerabilidades de impactos decorrentes de riscos sociais.

Parágrafo Único – Os pagamentos referentes ao artigo 16, somente poderão ser pagos até o limite máximo de duas vezes por ano.

Art. 17 – As provisões relacionadas a programas, projetos, serviços e benefícios afetos ao campo da saúde, educação, integração nacional e demais políticas setoriais, não se inclui na condição de benefícios eventuais da assistência social.

Art. 18 – Caberá ao órgão gestor da política de assistência social do município:

Rua Coronel Cornélio Maciel, nº 135 – Bairro Centro – Cruzília-MG  
Telefone: 0 xx 35 3346-1250/33461260 – Fax: 0 xx 35 3346-3112  
C.N.P.J./M.F. nº 18.008.904/0001-29 – Inscrição Estadual: Isenta  
E-mail: arantesrubensribeiro@yahoo.com.br



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZÍLIA**  
**CEP 37445-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS**

*Cruzília: Berço dos Cavalos Mangalarga e Mangalarga Marchador*

I – a coordenação geral, a operacionalização, o acompanhamento, a avaliação da prestação dos benefícios eventuais bem como o seu financiamento;

II – a realização de estudos sócios-econômicos da realidade e monitoramento da demanda para a constante ampliação da concessão dos benefícios eventuais; e

III – expedir as instruções e instituir formulários e modelos de documentos necessários a operacionalização dos benefícios eventuais.

Parágrafo único. O órgão da política de assistência social deverá encaminhar relatório destes serviços, trimestralmente ao Conselho Municipal de Assistência Social.

Art. 19 – Caberá ao Conselho Municipal de assistência Social fornecer ao Município informações sobre irregularidades na execução dos benefícios eventuais bem como avaliar e reformular, a cada ano, o valor dos auxílios natalidade e funeral que deverão constar na Lei Orçamentária Anual.

Art. 20 – As despesas decorrentes desta Lei ocorrerão por conta de dotação orçamentária própria, previstas na unidade orçamentária “Manut. Ativ. Sec. Municipal Des. Social”.

Parágrafo único. O valor do benefício eventual nas modalidades auxílio natalidade e auxílio funeral serão anualmente definidos pelo Poder Executivo Municipal e aprovados pelo Conselho Municipal de Assistência Social.

Art. 21 – O Poder Executivo, no que couber, regulamentará a presente Lei por meio de Decreto.

Art. 22 – O Serviço de Assistência Social encaminhará mensalmente a Câmara Municipal de Cruzília – MG, relatório circunstanciado de todas as ações desenvolvidas.

Art. 23 – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Cruzília (MG), 03 de Maio de 2011.

**José Carlos Maciel de Alckmin**  
Prefeito Municipal de Cruzília - MG

Rua Coronel Cornélio Maciel, nº 135 – Bairro Centro – Cruzília-MG  
Telefone: 0 xx 35 3346-1250/33461260 – Fax: 0 xx 35 3346-3112  
C.N.P.J./M.F. nº 18.008.904/0001-29 – Inscrição Estadual: Isenta  
E-mail: arantesrubensribeiro@yahoo.com.br



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZÍLIA**  
**CEP 37445-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS**

*Cruzília: Berço dos Cavalos Mangalarga e Mangalarga Marchador*

Rua Coronel Cornélio Maciel, nº 135 – Bairro Centro – Cruzília-MG  
Telefone: 0 xx 35 3346-1250/33461260 – Fax: 0 xx 35 3346-3112  
C.N.P.J./M.F. nº 18.008.904/0001-29 – Inscrição Estadual: Isenta  
E-mail: arantesrubensribeiro@yahoo.com.br